

doisPontos:

Revista dos Departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de São Carlos

Atitude crítica, luta política e vida democrática:

Uma análise para além do pensamento de Michel Foucault

Cesar Candiotti¹

<https://orcid.org/0000-0002-7172-4618>

Resumo: No presente artigo pretendo apontar, primeiramente, a relação entre diagnóstico do presente e atitude crítica a partir do pensamento de Michel Foucault. Na sequência, indicarei que a noção de atitude crítica é ao mesmo tempo parceira e adversária da governamentalidade, no sentido de que ela designa uma arte plural de não ser governado de determinada maneira e pelos mesmos agentes, sem, contudo, se posicionar fora do jogo governamental. Mostrarei ainda que as lutas políticas contra a saturação do jogo governamental podem ser pensadas como um desdobramento da atitude crítica. Finalmente, procurarei demonstrar que a tentativa cotidiana de viver e refletir democraticamente diante de um exercício autoritário do poder, como se pôde vislumbrar especialmente nos últimos anos no Brasil, pode ser entendida como um gesto de ressignificação da atitude crítica. A problematização deste campo de análise não foi diretamente tratada por Foucault, mas tem se tornado um objeto de estudo irrenunciável para o diagnóstico político de nosso presente.

Palavras-chave: Atitude crítica; lutas políticas; governamentalidade; vida democrática; Michel Foucault

Abstract: In the present article I intend to point out, firstly, the relationship between diagnosis of the present and critical attitude based on Michel Foucault's thought. Subsequently, I will indicate that the notion of critical attitude is at the same time partner and adversary of governmentality, in the sense that it designates a plural art of not being governed in a certain way and by the same agents, without, however, positioning itself outside the government game. I will also show that political struggles against the saturation of the governmental game can be thought as an unfolding of the critical attitude. Finally, I will try to demonstrate that the daily attempt to live and reflect democratically in the face of an authoritarian exercise of power, as has been observed especially in recent years in Brazil, can be understood as a gesture of resignification of the critical attitude. The problematization of this field of analysis was not directly addressed by Foucault, but it has become an indispensable object of study for the political diagnosis of our present.

Keywords: Critical attitude; Political struggles; Governmentality; Democratic life; Michel Foucault

¹Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR/CNPq). E-mail: c.candiotti@pucpr.br. Este artigo faz parte da execução do Projeto de Pesquisa “Neoliberalismo, Democracia e Constituição do Sujeito”, contemplado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPQ, Chamada CNPq Nº 4/2021.

Introdução

Este artigo analisa a possibilidade de pensar a tarefa da filosofia como diagnóstico do presente e sua articulação com a atitude crítica. Entende-se por crítica o sentido que lhe atribui Foucault na conferência proferida na *Société Française de Philosophie*, em maio de 1978, *Qu'est-ce que la critique* (2015), como arte e atitude ético-política de não ser governado de certa maneira e pelos mesmos agentes em diferentes instâncias de condução das condutas e regulação da vida. Sustenta-se que a atitude crítica pode ser também desdobrada pela produção de outra maneira de viver diante das tentativas de governamentalização da vida pelos dispositivos estatais. Em uma época quando as relações de poder se deslizam, cada vez mais, para formas autoritárias, essa outra maneira de viver pode ser caracterizada pela noção de vida democrática.

A tentativa de governamentalização crescente de nossa conduta e de nossa vontade pela produção de um modo de vida pautado na obediência servil está muito mais próxima de nós do que nossa capacidade de a reconhecer. De onde ser tarefa precípua da crítica questionar uma ordenação do real, sempre que ela produz uma vontade normalizada de obedecer, identificada à aceitação incontestada da governamentalização que busca determiná-la. Além disso, afirmar a crítica como uma atitude impõe evidenciar seu ponto de intersecção com as lutas políticas que se voltam contra a saturação de uma determinada prática governamental e seu deslize rumo aos estados de dominação.

Dito isso, pretende-se apontar primeiramente a relação que pode existir, no pensamento de Michel Foucault, entre arqueogenéalogia, crítica e presente mediante a problematização da noção de atitude crítica. Na sequência, indicar-se-á que esta noção é parceira e ao mesmo tempo adversária da governamentalidade, aqui ressignificada como arte de governar condutas ou modos (políticos) de viver. Finalmente, a atitude crítica será problematizada no âmbito das contracondutas e das lutas políticas. Nesse sentido é que a tentativa cotidiana de tentar viver e refletir democraticamente diante de um governo político marcado pela saturação do exercício do poder -como se pôde vislumbrar, especialmente nos últimos quatro anos no Brasil -, impõe-se como um desafio premente para o exercício da atitude crítica.

Diagnosticar o presente como tarefa genealógica

Uma das marcas da arqueogenéalogia² de Michel Foucault é a consideração de que cada época possui sua maneira de problematizar seu próprio presente, constituir seus objetos, estabelecer suas familiaridades, seus sistemas de coerências e códigos de apreensão, bem como instaurar um regime de verdade de longa duração que aponta os limites e possibilidades do que pode ser admitido como apreensível, pensável e vivível. Em suas pesquisas, principalmente as que transcorrem nos anos 70, Foucault parte de um “sintoma” de desconforto em relação a certas práticas sociais e políticas e sua institucionalização, tais como as práticas de internação e aprisionamento e seu refinamento e cristalização nas instituições alisares e carcerárias. Deste lugar ele tenta escavar nos solos do passado a emergência e efetivação acontecimental destas práticas, quando se encontram em vias de se transformar em objetos a serem problematizados e pensados filosoficamente. Assim, a maneira como a arqueogenéalogia descreve a constituição dos objetos enquanto tais, sua apreensão pelo pensamento em outros espaços de saber-poder e o estranhamento que engendram em nosso presente têm como efeito crítico a inquietação filosófica, ética e política a respeito de

2 Ao tomar como referências os ditos e escritos de Michel Foucault dos anos 70, entendo que ele não abandona as descontinuidades arqueológicas quando se dedica a identificar a emergência de “algo” a ser pensado como um “objeto” e suas transformações a partir das lutas entre forças. Se a genealogia é a estratégia de apontamento do nascimento de algo como um objeto de disputa, se a lei nasce do sangue seco derramado, é deveras evidente que as lutas pelo poder são indissociáveis e correspondentes a determinadas formas de saber em cada época estudada e em cada domínio percorrido. Pode-se dizer assim que a arqueologia se abre à genealogia, de maneira que o diagnóstico que a arqueologia permite é indissociável da crítica do presente que a genealogia aponta.

nossas familiaridades mais evidentes a respeito dos objetos conceituais de nossa época e seu processo de naturalização e essencialização por nossos regimes de governamentalização da vida e condução de condutas.

O diagnóstico do presente exige, portanto, visibilizar o visível e enunciar o enunciável. Trata-se, por exemplo, de nuancar um determinado exercício de governo cujo regime discursivo e não-discursivo se apresenta como problemático, a fim de apontar seu parentesco a um estado de dominação que exige a obediência servil, seu perigo sempre iminente de sedimentação fascista e totalitária, suas insidiosas penetrações nas maneiras de ser e viver mediante a produção de aceitações tácitas e comportamentos habituais.

O diagnóstico do presente está relacionado a um desafio político e ao mesmo tempo ético. Desafio político, porque se trata primeiro de saber por que aceitamos e nos tornamos coniventes com aquilo que fizeram de nós, diante das identidades que nos foram fixadas por um regime de poder-verdade pautado na governamentalização de nossas condutas e de nossa vontade. Nesse diapasão, estão inscritos os diferentes domínios de sujeição da subjetividade (da sexualidade, da criminalidade, da loucura) no âmbito dos quais confessamos e reconhecemos quem somos. Mas também se trata de um desafio ético, quando Foucault pergunta sobre como podemos “sair” desse presente no interior do qual nos identificamos com aquilo que fizeram de nós. Este desprendimento e saída podem ser designados pela atitude permanente de recuo, um *ethos* histórico de distanciamento crítico dessas identidades propostas, normalizadas e, muitas vezes, consentidas.

Se a filosofia normalmente é designada como a “lei”, no sentido de um recurso normativo que serve para guiar o exercício da política, ela também pode ser pensada como um modo de vida político e ético cuja reflexividade é marcada pelo reconhecimento das identidades historicamente produzidas pelo nosso consentimento, bem como pelo distanciamento crítico em relação aos regimes de verdade que produziram e continuam a produzir estas identidades. Este distanciamento pode ser enunciado pela seguinte questão: diante daquilo que os regimes de poder-saber fizeram de nós mediante a governamentalização de nossa conduta e vontade, o que *podemos e devemos* fazer de nós mesmos para que evidenciamos a fragilidade destes regimes e sua racionalidade, assim como possamos construir uma maneira de ser e viver que se subtraia a uma subjetivação politicamente servil?

Governamentalidade e revoltas de conduta

Foucault problematiza as relações de poder no sentido de governamentalidade a partir de 2 de fevereiro de 1978, no curso *Sécurité, territoire, population* (2004). Essa noção não evoca o modo como os governantes efetivamente governam, o que seria correspondente, neste caso, à governabilidade. Tampouco remete, pelo menos diretamente, às ideologias políticas que legitimam uma determinada concepção de Estado, algo do qual se encarrega a história das ideias. A governamentalidade denota antes uma espécie de *intermezzo* que demarca o campo reflexivo que permeia e informa as práticas de governo, bem como a racionalização dessas práticas governamentais no exercício da soberania política. Como detalha Foucault:

Não estudei nem quero estudar a prática governamental real, tal como se desenvolveu, determinando aqui e ali a situação que tratamos, os problemas postos, as táticas escolhidas, os instrumentos utilizados, forjados ou remodelados, etc. Quis estudar a arte de governar, isto é, a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar. Ou seja, procurei apreender a instância da reflexão na prática de governo e sobre a prática de governo. (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Nesse âmbito, mais do que se perguntar sobre a origem do governo, trata-se de investigar como se governa, a saber, qual a racionalidade que permeia a ação daquele que procura governar a conduta e a vontade de uma população, bem como o efeito desta racionalidade naquele que é afetado ou consente a uma certa ação de governo. Em vez de privilegiar a divisão bélica entre vencedores e vencidos; ou ainda,

diante da exterioridade da posição que pode ser estabelecida entre classe dominante e classe dominada, Foucault entende a governamentalidade como uma relação de imanência entre governantes e governados. Relação que envolve a tentativa de governar a conduta individual ou a vontade coletiva de uma população e a aceitação desta ação de governo. Mas também a ação de não se deixar governar de determinada maneira diante de uma ação específica de governo, denotando a reversibilidade de seu próprio jogo estratégico.

Portanto, Foucault entende por governamentalidade um jogo estratégico entre liberdades sempre reversível, dando a entender que, politicamente falando, a postura livre do governo é inerente ao próprio jogo e assim deve sempre permanecer. Entendido como embate, o exercício do governo não é algo necessário, inevitável e, em si mesmo, ruim. Entretanto, sempre poderá sê-lo quando o adversário não quiser jogar ou não dispuser de uma arte para se defender; ou ainda, quando ele é eliminado em razão da ruptura das regras com as quais se pode e se deve jogar.

Em *Securité, territoire, population*, encontramos uma problematização que expressa o que significa este jogo: diante de um modus operandi estatal que, cada vez mais, procura governar a vontade coletiva da população por meio de dispositivos de regulação e ao mesmo tempo vale-se da aliança com dispositivos não-estatais para a condução de condutas dos indivíduos, a pergunta que freia e calibra esta tentativa é: “como não ser governado”?

A resposta a essa pergunta pode passar, em um primeiro momento, pela noção de contraconduta. Essa noção é extraída da genealogia da governamentalidade no Ocidente cuja emergência é situada na racionalidade pastoral instaurada pelo monasticismo cristão, especialmente no século IV d.C. Foucault indica que, ao mesmo tempo em que a vida monástica cristã exerce a condução de condutas pela obediência integral, nela também se observa o nascimento de “revoltas de condutas” ou “contracondutas” (Cf. FOUCAULT, 2004, p. 205ss). Estas contracondutas também se estendem no seio do poder pastoral cristão dos séculos XII e XIII, sendo que seu ápice é a Reforma Protestante do século XVI, quando é colocada em crise a própria racionalidade do governo pastoral. Essa crise é marcada especialmente pela proposta de outra forma de relacionar-se com Deus, sem a intermediação dos mesmos pastores. Almeja-se ser governado sem a mediação dos clérigos. Inaugura-se um caminho rumo à salvação pela relação direta do indivíduo com Deus. A racionalidade que informa esta contraconduta baseia-se na crítica da institucionalidade da religião, na resistência a uma linguagem oficial para a leitura das Sagradas Escrituras e sua interpretação por um grupo seletivo. Ler a Bíblia no vernáculo tem como efeito certos desvios entre aquilo que Deus quer para seu povo no texto sagrado e aquilo que os pastores deles exigem em sua vida cotidiana.

Esta estratégia de Foucault serve para mostrar, ao menos, dois elementos da governamentalidade, entendida pela relação entre condução de condutas e contracondutas. O primeiro deles, que elas não nascem como revoltas contra uma ação governamental estatal; contudo, os dispositivos estatais se apropriaram historicamente de estratégias abrangentes de condução de condutas, com outros fins e estratégias, preservando a forma como elas assumiram no poder pastoral cristão. Com isso, o Estado moderno tornou-se paulatinamente um composto de governamentalidades heterogêneas, amalgamando formas que emanam de dispositivos não-estatais.

O segundo elemento consiste em ressaltar que as contracondutas têm uma dimensão individual e coletiva, podendo, muitas vezes, alterar irruptivamente um jogo governamental, como foi o caso da Reforma Protestante. No entanto, nem sempre elas têm essa conformação. Quando sua intensidade é menor, ainda assim, elas podem desestabilizar sutilmente o excesso do poder constitutivo de uma racionalidade de governo e seus arranjos institucionalizados, colocando em crise uma governamentalidade historicamente estabelecida. Provocam a frenagem ou até mesmo o redirecionamento de certo desenvolvimento

governamental inicialmente almejado, criando uma modulação comportamental, individual e coletiva, de resistência diante das diversas formas de obediência.

A atitude crítica e o problema da servidão

Em 1978, alguns meses após o Curso no Collège de France, *Sécurité, territoire, population*, Foucault aprofunda a problematização das revoltas de conduta ou contracondutas que colocam em crise a governamentalidade pastoral, e as relaciona ao nascimento da atitude crítica no Ocidente, na conferência *Qu'est-ce que la Critique?*. (FOUCAULT, 2015, p. 31-70). A crítica é identificada nos séculos XV e XVI em múltiplos domínios, uma espécie de cultura geral, moral e política, que envolve maneiras de pensar que se afastam de um sistema ou teoria. A crítica está mais próxima da atitude vigilante e reflexiva do indivíduo consigo mesmo na sua relação com os outros do que propriamente da “lei” cujo fundamento determina o que se pode fazer, como é observável na segunda metade do século XVIII, na *Critica da Razão Prática*, de Kant.

A crítica existe apenas em relação a outra coisa que não ela própria: ela é instrumento, meio para um devir ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será, ela é um olhar sobre um domínio onde quer desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei (FOUCAULT, 2015, p. 34).

A crítica, no sentido de atitude atenta e vigilante é o correlato da “explosão” das artes de governar os homens nas sociedades europeias ocidentais no século XV.

Em face, ou como contrapartida, ou antes como parceira e adversária ao mesmo tempo das artes de governar, como maneira de suspeitar delas, de as recusar, de as limitar, de lhes encontrar uma justa medida, de as transformar, de procurar escapar a essas artes de governar ou, em todo caso, deslocá-las, a título de reticência essencial, mas também e por si mesmo, como linha de desenvolvimento das artes de governar, teria tido qualquer coisa nascida na Europa nesse momento, uma sorte de forma cultural geral, ao mesmo tempo atitude moral e política, maneira de pensar etc. e que eu chamaria simplesmente a arte de não ser governado ou ainda a arte de não ser governado assim e a esse preço. E eu proporia então, como uma primeira definição da crítica, esta caracterização geral: a arte de não ser de tal forma governado. (FOUCAULT, 2015, p. 37).

A atitude crítica, de acordo com a concepção de Foucault, não somente precede a crítica kantiana ao nascer nos movimentos de revolta de condutas no seio do poder pastoral, como também desborda seu sentido meramente filosófico.³ Ela se aproxima, não exatamente das críticas kantianas, mas do sentido que Kant atribui à *Aufklärung*, como saída do estado de menoridade ou incapacidade de pensar por si mesmo à qual os homens se encontram em sua época, em razão da

correlação entre uma autoridade que se exerce e que mantém a humanidade nesse estado de menoridade, correlação entre este excesso de autoridade e, de outra parte, algo que ele considera, que ele chama uma falta de decisão e de coragem (FOUCAULT, 2015, p. 40-41).

Foucault está preocupado com a correlação entre governamentalização e atitude crítica. Essa correlação envolve a atitude de não ser governado *da mesma maneira* que os governantes políticos, pastores e outros

³A crítica como atitude parece ser admitida como algo que desborda a própria Modernidade e, inclusive, suas raízes religiosas cristãs. Um dos interlocutores de Foucault, Henry Gouthier, lembra da invocação do “fermento crítico” do socratismo entre os séculos XVI e XVII. Em outro momento, ao responder sobre a tarefa da filosofia em 1984, Foucault afirma que “a filosofia é justamente aquilo que questiona todos os fenômenos da dominação em qualquer nível e sob qualquer forma em que eles se apresentam – política, econômica, sexual, institucional. Essa função crítica da filosofia deriva, até certo ponto, do imperativo socrático: ‘Ocupa-se de ti mesmo’, ou seja: ‘Funda-te na liberdade, pelo domínio de ti’”. (FOUCAULT, 2001a, p.1548). No entanto, em 1978, Foucault quer justamente se afastar da percepção segundo a qual a “atitude crítica” é uma propriedade ou herança exclusivamente filosófica. Segundo ele, “Esse retorno ao socratismo (ele é sentido, delimitado, visto historicamente, parece-me, na passagem entre os séculos XVI-XVII) só foi possível a partir do fundo desta coisa, a meu ver muito mais importante, que foram as lutas pastorais e esse problema do governo dos homens, governo no sentido bem pleno e muito mais amplo que isso no final da Idade Média” (FOUCAULT, 2015, p. 63-64).

agentes desejam que obedeçamos a seus governos; ou ainda, e principalmente, a criação de uma maneira de ser e viver que se contraponha ao nosso desejo servil de obedecer ou exige um governo para prestar obediência. Diante da submissão e adesão exigidas, inerentes à obediência, a falta de coragem e a preguiça de pensar por si mesmo corroboram a permanência da vida tutelada, a pregnância do desejo de obedecer. Qual é a maneira de obedecer em relação à qual a atitude crítica é adversária? Trata-se daquela que se identifica à servidão. Qual é a governamentalização diante da qual a atitude crítica pode ser sua parceira? Trata-se da obediência política que prescinde da adesão subjetiva subserviente.

Cumpre ressaltar o modelo de obediência identificado à servidão, pois é ele que corresponde a uma governamentalidade que satura as relações de poder, transformando-as em estado de dominação. Segundo La Boétie, o que impõe o poder tirânico não é somente a obediência, mas principalmente a servidão voluntária. (LA BOÉTIE, 1983).⁴ Diante disso, a atitude crítica não exige necessariamente a desobediência total, mas, ao menos, a renúncia à servidão no ato de obedecer.

O problema que Foucault identifica no modelo do poder pastoral cristão e na governamentalidade que ele vislumbra no Partido Comunista Francês de sua época consiste na exigência de uma obediência sem margem para diferentes modulações ou, até mesmo, sem a pressuposição de que a desobediência seja uma possibilidade. Sempre que governantes, partidos e pastores demandam obediência incondicional e integral é porque pretendem sujeitar completamente as vontades individual e coletiva dos governados, mesmo que digam que estão governando em nome deles ou a seu favor. A obediência construída pela adesão subjetiva aos governantes ou pastores leva à própria subjugação da subjetividade e, consequentemente, à subserviência da disposição moral da vontade, quando esta pretende alterar ou reverter um jogo governamental. Trata-se da “sobre-obediência” ou do excesso da obediência (GROS, 2017, p. 66). Nesse sentido, a atitude crítica é muito mais do que simplesmente a arte de não ser governado; antes, ela é a arte de não ser governado pelo desejo servil de obedecer; ou ainda, a arte de não ser *excessivamente* governado.

A analítica da governamentalidade e a atitude crítica deslocam a problemática do poder e das resistências do lugar onde normalmente ela é pensada pela filosofia. Dessa feita, o desafio que se impõe à atitude crítica não é somente o excesso de poder, mas principalmente o excesso da obediência concretizado pela servidão. Não sendo uma coisa ou um monstro, mas uma relação, o exercício do governo pode tornar-se um estado de dominação monstruoso quando estiver acompanhado da “devoção” e “amor” que o apego servil lhe presta.

Esta é a razão pela qual a crítica à governamentalidade política não pode ser reduzida somente à estratégia dos consensos racionais, aos cálculos de interesse e às proposições alternativas de governo. Estas estratégias, cálculos e alternativas são insuficientes porque prescindem da dimensão subjetiva constitutiva do excesso de obediência, sem a qual um autocrata, déspota ou ditador não se sustentaria. Nenhum poder autocrata se mantém se eu também não o obedeço servilmente e, se, além disso, eu não me sinto um autocrata nas relações sociais que estableço com meus pares ou governados. Um estado de dominação, portanto, somente é possível a partir de uma rede de servidões segundo a qual um povo, no sentido de La Boétie,

4 Essa modalidade de obediência, no entender de La Boétie, ocorre especialmente entre os artesãos e lavradores que, no intuito de acumular bens, preferem servir, como se nada pudessem ganhar que lhes fosse próprio. “O lavrador e o artesão, por mais assujeitados que sejam, são deixados na obediência; mas o tirano vê aqueles que, ao seu redor, maquinam e mendigam-lhe o favor. Não basta que eles façam o que o tirano manda, mas que também pensem o que ele quer, e até mesmo muitas vezes, para satisfazê-lo, antecipem seus próprios desejos. Não é tudo uma questão de obediência – é preciso divertí-lo, é preciso que se arrebentem, que se aflijam, que se matem para lidar com seus negócios; e uma vez que eles não encontram prazer senão no prazer do tirano, é preciso que sacrificiem seu gosto ao dele, que maltratem o próprio temperamento e se despojem de sua naturalidade. É preciso que estejam continuamente atentos às suas palavras, à sua voz, aos seus olhares, aos seus menores gestos: que seus olhos, seus pés, suas mãos estejam continuamente ocupados em seguir ou imitar todos os seus movimentos, respirar e adivinhar seus desejos e descobrir seus pensamentos mais secretos. (LA BOÉTIE, 1983, p. 149; Tradução, p. 40-41).

ou uma população, no caso da *démarche* de Foucault, cristalizam a devoção ao poder ou a quem o exerce. *Mutatis mutandi*, somente a devoção servil poderia explicar algo como uma manifestação livre exigindo intervenção militar em um regime democrático, com a consequente supressão desta mesma liberdade que permite aquela manifestação.

A pluralidade da atitude crítica

A atitude crítica pode ser pensada como uma *techné*, uma arte. Se as tecnologias de poder são sempre plurais, desde as mais rígidas que exigem subserviência total, até as mais sutis em relação às quais somos capturados pela sua sedução, quanto à atitude crítica, também ela se apresenta como uma arte plural. Por essa razão, ela exige um processo de desassujeitamento diante do desejo de obedecer. Dessa reformulação é que são desdobrados modos de ser e viver diferentes cujas intensidades abrem fissuras na obediência maciça e devota, demandada pelos antigos e atuais tutores de nossas condutas e vontades.

A partir do momento em que o exercício do governo é designado como arte de condução de condutas, as resistências dão lugar à linguagem da atitude crítica e das contracondutas em movimentos coletivamente identificáveis. Não é o caso neste momento de explicitá-las, como faz Foucault acerca da Reforma Protestante do século XVI, mas somente enfatizar que a atitude crítica tem diferentes modulações no Ocidente. Nesse sentido é que sua designação como “arte da insubmissão voluntária”, em nítida ressonância ao texto de La Boétie, poderia ser retomada e reconfigurada em outros momentos históricos, especialmente quando o exercício do poder é modulado pela monopolização da vontade individual e coletiva por parte dos governantes, e pela correlata adesão servil ao poder por parte dos governados.

A importância da noção de atitude crítica, como arte de não ser governado de uma determina maneira no interior de um jogo governamental, evidencia-se pela pluralidade dos processos de subjetivação que ela permite estabelecer diante dos processos de normalização e moralização dos indivíduos. Ao apresentar a atitude crítica como “arte” cujas modalidades são plurais, sem serem, porém, arbitrárias ou voluntaristas, indicamos uma ampliação do horizonte do que Michel Foucault entende por relações de poder.

Assim, a atitude crítica se afasta da polaridade entre obediência e desobediência quando instaura modulações críticas no âmago do próprio ato de obedecer. Como já ressaltei, apoiando-me em La Boétie, a oposição é entre obediência e servidão, não necessariamente entre obediência e desobediência. Por isso, a atitude crítica inverte o sentido tradicional da virtude da obediência, tal como ela surge no seio do poder pastoral. Nesta racionalidade de governo, obedece-se para obedecer. A obediência integral se impõe como virtude pois envolve a renúncia ao desejo, considerado uma propensão ao pecado derivado da concupiscência. Já a desobediência, não é vista no seio do poder pastoral como um gesto de liberdade, mas antes como sintoma do egoísmo humano, o qual, por sua vez, é considerado a origem de todos os males. Contrariamente a esta acepção, Foucault eleva a crítica à obediência irrefletida como sinônimo de “virtude geral” (FOUCAULT, 2015, p. 35), ou seja, um distanciamento reflexivo diante de qualquer exigência de obediência. É justamente este distanciamento que pode ser exercido como resistência às diferentes formas autoritárias e servis de obediência política, demandando permanentemente um processo de subjetivação ascético e difícil.

Quando inexiste a possibilidade da modulação da obediência ou recorre-se à inadmissibilidade da desobediência, então o jogo governamental é transformado em mero estado de dominação. Mesmo nas experiências democráticas menos saturadas pelo autoritarismo, tornar a crítica uma atitude teórico-prática que impregne a maneira de ser e agir dos indivíduos diante das tentativas de determinação de sua conduta e vontade é algo irrenunciável, politicamente falando. Não é porque consideramos que certa mediação encampada por algum Partido seja a menos perigosa no espectro político que devemos confiar inteiramente

nela, de maneira que devamos obedecê-la servil e incondicionalmente. Qualquer que seja esta mediação ou sua personificação em figuras de liderança, é necessário que produzamos uma subjetivação marcada por uma relação destituída de servilismo ou docilidade.

Faz parte do jogo da governamentalidade que haja em seu próprio campo de imanência tentativas intermináveis de desestabilização, posto que a tendência do exercício do poder é justamente a de se estender de maneira interminável. Em seu desenvolvimento, refinamento e institucionalização qualquer condução de condutas tende a saturar o campo das relações, sempre que houver ausência de atitude crítica, no sentido de arte da “indocilidade refletida”. Quando as lutas políticas inexistem ou tendem a ser desencorajadas e, até, anuladas - desde as formas mais modestas das revoltas cotidianas, até as mais emblemáticas que culminam na sublevação -, estamos diante da possibilidade de constituições maciças do poder que podem deslindar-se em formas totalitárias, ditatoriais ou autocráticas.

Nesse sentido é que a frase de Foucault, no artigo de 1979, “Inutile se soulever?”, evoca um princípio derivado da atitude crítica deveras importante:

É sempre perigoso o poder que um homem exerce sobre outro. Não digo que o poder, por natureza, seja um mal; digo que o poder, por seus mecanismos, é infinito (o que não quer dizer que seja todo-poderoso, longe disso). Para limitá-lo, as regras jamais são suficientemente rigorosas; para dissuadi-lo de todas as ocasiões das quais se apodera, jamais os princípios universais são suficientemente restritos. Diante do poder, é preciso sempre opor leis intransponíveis e direitos sem restrições. (FOUCAULT, 2001, p. 794).

Complemento a citação com a seguinte observação: é sempre perigoso o exercício do poder que alguns governantes exercem sobre uma população; mas ele se torna algo execrável quando esta população se autocensura ou não se posiciona criticamente diante deste exercício ou lhe presta sua adesão servil. O exercício perigoso do poder pode torná-lo ruim, não porque sua força emana daqueles que tentam determinar nossas condutas e vontades, mas porque aceitamos que elas sejam governadas, sem qualquer forma de indocilidade ou insubmissão reflexiva. Torna-se, pois, muito difícil qualquer reversibilidade de um jogo governamental se ele não for precedido de uma reestruturação ético-política do sujeito. Reestruturação ética, porque ante as forças do querer e do desejo de obedecer, de um lado, e a insistência da liberdade, de outro, o sujeito necessita agir livremente para curvar e dobrar seu querer e desejo servil. Reestruturação política, pois exige uma relação diferente do sujeito em face do poder: de alguém dócil, submisso e devotado ao poder e a quem o exerce em direção ao sujeito que sempre desconfia de qualquer governo que queira determinar e representar sua vontade.

Como desdobramentos, essa reestruturação do sujeito envolve o autoconvencimento de que nenhuma vontade geral é suficiente para conduzir a conduta e representar a vontade dos governados. Trata-se de opor resistências diante de qualquer tentativa de domesticação da vontade coletiva concreta de um povo ou de uma governabilidade que se apresenta como necessária e insubstituível. Finalmente, a reestruturação do sujeito implica no autorreconhecimento de que a indignação é insuficiente para que haja uma reversibilidade de um poder saturado, transformado em estado de dominação.

Se não houver essa reestruturação do sujeito marcada pela arte da indocilidade refletida, disposta a compor formas de resistências e criação com outros indivíduos e grupos; ou, a partir do momento em que considerarmos que o exercício do poder é inócuo ou imaginarmos que os nossos governantes e legisladores sempre representam nossa vontade diante de nossa incapacidade de decidirmos o que é mais razoável para nós mesmos, então estamos colaborando para que este exercício do poder seja interminável.

Considerações finais

De tudo o que foi possível desenvolver até este momento, segue a consideração de que qualquer luta política que busque reverter ou frear as diferentes tentativas de determinação da conduta dos governados ou se insurja contra as saturações do poder e sua transformação em estado de dominação pode ser situada no âmbito da modulação plural da atitude crítica. E, nesse aspecto, em suas diferentes formas e intensidades, elas são igualmente importantes. Não significa que as lutas sejam, elas mesmas, imunes a qualquer crítica. Se lhes pode questionar, por exemplo, se empregam as melhores estratégias e as táticas mais apropriadas diante da intensidade do poder que é exercida sobre elas.

Com efeito, um poder mais saturado exige a luta por direitos mais universalizáveis. Se esta saturação coloca em xeque o próprio caráter relacional do governo, as lutas locais ou identitárias precisam taticamente ceder em sua singularidade para que deem lugar a estratégias de conjunto mais abrangentes. Já o exercício de um poder menos maciço ou sutil, não me obriga a defender a universalidade de um direito como única forma de luta. Foucault rompe assim com uma estrutura hegemônica entre as diferentes modalidades de lutas ou de que elas deveriam ter uma referência única ou homogênea, independentemente de sua experiência acontecimental.

A notoriedade do percurso empreendido por Foucault, além disso, consiste na observação de que, quanto mais maciço se torna o exercício do poder, mais a luta política precisa deixar de entender-se de maneira isolada. De onde a necessidade de que, diante de formas autoritárias de poder, as diferentes formas de lutas precisam cruzar-se e formar um corpo político identificável. Este cruzamento das lutas pode ser estrategicamente provisório segundo a especificidade de cada jogo governamental, sem que cada uma delas perca sua própria identidade e importância. Sempre que uma governamentalidade ameace saturar a vida política transformando-a em estado de dominação, é o momento quando as lutas contra os processos de sujeição, contra o racismo, contra a discriminação de gênero e contra a exploração econômica precisam irmanar-se e formar uma composição ou estratégia de conjunto.

Depreende-se a dimensão estratégica das lutas políticas e a postulação de uma “dignidade” que lhes é própria, não porque tenham um fundamento antropológico ou porque emanam de uma “lei” cujo fundamento advém da filosofia, mas porque sempre podem atuar como freio e reversão da tendência do poder em apoderar-se de maneira interminável das condutas e das vontades, as assujeitando e as monopolizando.⁵ As lutas políticas merecem um respeito próprio porque impedem que o jogo da governamentalidade se torne irreversível e, portanto, percam seu próprio caráter de jogo. Nesse ponto é que a atitude crítica se desdobra nas lutas políticas, posto que estas últimas impedem que o poder se torne algo ruim, ou ainda, que ele se volva algo necessário. Deduz-se, pois, que a “dignidade” das lutas não advém de um direito universal que as suporta e as fundamenta. Elas assim o são porque exteriorizam que é universal e sempre objeto de respeito o direito que qualquer homem ou mulher tem de se levantar, de erguer a cabeça, de olhar a seu redor e irmanar-se com seu semelhante para travar, retardar, frear ou obstruir um estado de dominação. As lutas políticas são dignas porque evitam o silêncio e a inépcia dos governados que conduzem à autocensura e à denúncia do adversário como inimigo.

Dito isso, não fica muito claro no pensamento de Foucault em que momento as lutas políticas, como desdobramentos da atitude crítica, devem suspender provisoriamente suas reivindicações específicas em vista da formação de uma estratégia de conjunto diante de um exercício do poder que ultrapasse os limites intransponíveis de um jogo governamental. Por certo, Foucault nunca se preocupou com isso pois não existe uma regra que possa prescrever este momento, sob o ônus de negligenciar a dimensão

⁵ Sobre desdobramentos desta temática, remeto a meu livro: CANDIOTTO, C. A dignidade da luta política: incursões pela filosofia de Michel Foucault (EDUCS, 2020).

acontecimento do jogo governamental e a polivalência tática das lutas. Uma sinalização do momento limite em que semelhante estratégia deveria formar-se é quando a saturação do exercício do poder torna-se de tal modo intolerável que todas as reivindicações das minorias identitárias ou das maiorias menorizadas são desconsideradas e, até mesmo, atacadas politicamente.

Para além do pensamento de Foucault, outras questões podem ser colocadas a este respeito. Por exemplo, muitas vezes não se entende por que as lutas específicas pela igualdade de gênero, pelo fim do racismo, pela não discriminação da orientação sexual e pelo término da exploração de classe não conseguem compor uma estratégia de conjunto com táticas polivalentes e efetivas, mesmo em casos de situações políticas intoleráveis.

Nos movimentos sociais e suas lutas, mas também entre alguns partidos, mormente se assume um caráter identitário irredutível à possibilidade de quaisquer concessões ou à formação de pactos estratégicos. Ora, quando as instituições não são ameaçadas e a vida democrática proporciona a proliferação e efetivação de direitos, essa postura é justificável e razoável. Tem razão o feminismo negro, por exemplo, quando acusa certa tendência no seio do próprio movimento feminista de pautar reivindicações emancipatórias que beneficiam mais a mulher branca e burguesa, embora a luta contra a mentalidade e prática patriarcais seja comum entre ambos, nos diferentes momentos de reconfiguração do patriarcado. Isso ocorre porque a luta contra o patriarcado, para certos grupos marginalizados e excluídos de determinados espaços e funções sociais também pela cor da pele é indissociável da luta contra o racismo, a qual, por sua vez, deveria ser também encampada pelas feministas brancas e de classe média.

As diferentes formas de luta por reconhecimento no interior dos próprios movimentos, como os que acabo de ilustrar, se fortaleceram no Brasil, especialmente quando os grupos mais vulnerados passaram a participar e a usufruir de políticas públicas educacionais, além de atuarem na construção e no acesso aos bens culturais, condições fundamentais para sua participação na vida democrática de um País. A própria possibilidade de que grupos historicamente tornados desiguais lutem e sejam publicamente reconhecidos em suas reivindicações é sinal da existência de uma vida democrática razoavelmente reconhecida e protegida.

Contudo, quando a vida democrática se encontra ameaçada e cercada significa que a pluralidade dessas reivindicações precisa ser visibilizada em seu conjunto em detrimento de sua singularidade, desbordando provisoriamente suas pautas específicas. Ante um jogo governamental caracterizado pela tentativa de saturação das relações políticas, resultante da combinação do fundamentalismo religioso, da militarização do aparelho estatal e do corporativismo econômico - refiro-me aqui à combinação de setores da extrema-direita brasileira -, é preciso refundar a atitude crítica, no sentido de recriar ou reconfigurar as táticas e estratégias de composição das lutas políticas. Essa reconfiguração consistiria em tirar proveito das novas tecnologias e redes sociais a fim de ampliar e multiplicar seu poder de atuação, como tem sido a estratégia dos movimentos da extrema-direita? A mediação das alianças partidárias ainda deve continuar a ser o principal vetor para a recomposição das formas políticas e sociais, que perderam espaço diante do cenário político dos últimos anos? Enfim, se concordarmos que estas lutas políticas são constituintes daquilo que Foucault entende por atitude crítica, mas também, em um espectro mais específico, um desdobramento das contracondutas individuais e coletivas diante das tentativas de governamentalização da conduta e da vontade de uma população, então é preciso considerar que a forma como estas estratégias de conjunto poderão assumir depende deveras do jogo governamental que nos concerne e da pluralidade das artes de insubmissão que temos à nossa disposição, especialmente com o advento das novas tecnologias.

Para concluir, ressalto que viver democraticamente no Brasil no cenário atual pode ser considerado um ato de coragem, uma espécie de indocilidade refletida e, portanto, de atitude crítica. E, no mesmo

movimento, trata-se de uma arte de resistência cuja modulação necessita de uma reinvenção de nosso modo de ser sujeito e de conviver com os outros.

Quando as liberdades democráticas mais básicas, como a de votar, são ameaçadas pelo aparelho policial do Estado, na tentativa de evitar que eleitores pobres, especialmente do Nordeste, cheguem a tempo até os locais de sufrágio, neste momento é que podemos afirmar que viver democraticamente no Brasil tornou-se objeto de uma contínua ascensão e inquietação política. Estamos diante de um momento tão sensível de nosso presente político que a atitude de respeito ao outro e suas opções políticas, religiosas, partidárias e familiares se apresenta como a grande estratégia de conjunto a perpassar as diferentes formas de luta. Defender a democracia tornou-se a expressão maior da atitude crítica, podendo inclusive ser interpretada como uma contraconduta individual e coletiva diante do delírio proporcionado pelo obscurantismo e a barbárie. Mas, nesse caso, a vivência da democracia é muito mais que uma estratégia de conjunto provisória; ela se transformou na *ars artium*, na arte das artes de nossa época que necessita de permanente reativação e criação.

Referências bibliográficas

- CANDIOTTO, C. 2020. A dignidade da luta política: incursões pela filosofia de Michel Foucault. Caxias do Sul, RS: EDUCS.
- FOUCAULT, M. 2015. *Qu'est-ce que la critique? Suivi de La culture de soi* (1978). Foucault inédit, Philosophie du présent, VRIN, France, pp. 31-80.
- FOUCAULT, M. 2004. Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Édition établie sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Michel Sennellart. Paris : Gallimard ; EHESSE ; Seuil.
- FOUCAULT, M. 2008. Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France, 1978-1979. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Bransão. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. 2001a. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: FOUCAULT, M. Dits et écrits II. 1976-1988. Edição estabelecida por Daniel Defert e François Ewald com a colaboração de Jacques Lagrange. Paris : Quarto/Gallimard. p.1527-1548.
- FOUCAULT, M. 2001b. Inutile de se soulever ? In: FOUCAULT, M. Dits et écrits, II. 1976-1988. Edition établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald avec la collaboration de Jacques Lagrange. Paris: Quarto; Gallimard, 2001b. pp. 790-794.
- GROS, F. 2017. *Désobeir*. Paris: Albin Michel.
- LA BOÉTIE, É. 1983. Discours de la servitude volontaire. Présentation par Simone Goyard-Fabre. Dossier par Raphael Ehret. Paris: Flammarion, 1983. [Edição brasileira: LA BOÉTIE, É. 2022. O discurso da servidão voluntária ou contra Um. Tradução de Bruno Gambarotto. Petrópolis, RJ: Vozes]